

EDIÇÃO NACIONAL

**ALLIANZ GLOBAL CORPORATE & SPECIALTY RESEGUROS BRASIL S.A.**  
CNPJ/MF nº 15.517.074/0001-77 - NIRE 35.3.0050460-7

**Estatuto Social**  
brasileira, divorciada, advogada, portadora da Cédula de Identidade nº 26.746.153-7 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 277.799.858-22, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, nº 303, 1º andar, salas 101C - parte e 102C - parte, CEP: 05425-000, responsável: (a) pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP nº 234/03, nº 445/12 e 612/20), (b) pelas relações com a SUSEP e, (c) pelos controles internos, nos termos da Resolução CNSP nº 416/2021: (I) orientar e supervisionar: a) a implementação e operacionalização do SCI e da EGR, promovendo a integração de que trata o art. 14, inciso I da Resolução CNSP nº 416/2021; b) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; (II) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto ao disposto no art. 10, § 6º, inciso I Resolução CNSP nº 416/2021; (III) informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: (a) riscos novos ou emergentes; (b) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; (c) ações relativas à gestão de riscos; (d) deficiências relativas à EGR e ao SCI e seu respectivo saneamento; **Capítulo V: Do Conselho Fiscal: Artigo 15.** O Conselho Fiscal, com as atribuições estabelecidas em Lei, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes. **Parágrafo 1º** O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais. **Parágrafo 2º.** O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral. **Parágrafo 3º** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus respectivos cargos mediante a assinatura do termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal. **Parágrafo 4º.** Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente. **Parágrafo 5º.** Em caso de impedimento ou vacância permanente no cargo de um membro do Conselho Fiscal, e sem que haja suplente a substituí-lo, caberá ao Presidente do Conselho Fiscal imediatamente convocar uma Assembleia Geral da Companhia para eleger um novo membro efetivo do Conselho Fiscal e respectivo suplente, para preencher o cargo e completar o mandato do membro impedido ou vacante. **Capítulo VI: Do Comitê de Auditoria: Artigo 15-A.** O Comitê será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, nomeados e destituíveis pela Assembleia Geral, com prazo de mandato máximo de 5 (cinco) anos, sendo permitida a renovação até o limite de 5 (cinco) anos na hipótese de mandato inferior ao aqui previsto. **Parágrafo 1º** Competem ao Comitê de Auditoria as seguintes atribuições: (a) o Comitê reportar-se-á diretamente à Diretoria da Companhia e à Assembleia-Geral; (b) estabelecer regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais deverão ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia e colocadas à disposição dos respectivos acionistas por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; (c) recomendar, à administração da Companhia a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a sua substituição do prestador desses serviços quando considerar necessário; (d) revisar e aprovar, previamente à assinatura, as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; (e) avaliar a efetividade das auditorias contábeis independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; (f) avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pelos auditores contábeis internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; (g) avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que prevêm efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e confidencialidade desta; (h) recomendar, ao Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (i) reunir-se, no mínimo semestralmente, com o Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia e com os responsáveis, tanto pela sua auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; (j) verificar, por ocasião das reuniões previstas na alínea "I" acima, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da Companhia; (k) reunir-se com o Conselho Fiscal, se instalado, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê de Auditoria, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e (l) quaisquer outras atribuições que porventura venham a ser estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Parágrafo 2º** Os membros eleitos pela Assembleia para compor o Comitê deverão cumprir integralmente os critérios estabelecidos pela regulamentação aplicável, sendo um, necessariamente, designado Coordenador e devendo deter conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria contábil dos mercados em que a Companhia opera. **Parágrafo 3º** Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituídos pela Assembleia Geral e serão investidos em seus respectivos cargos mediante a assinatura do termo de posse lavrado no respectivo livro de registros de atas das Reuniões do Comitê de Auditoria. **Parágrafo 4º** O limite de remuneração global dos membros do Comitê de Auditoria será determinado anualmente pela Diretoria. **Parágrafo 5º** O Comitê de Auditoria deverá elaborar documento denominado Relatório do Comitê de Auditoria, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, na forma da legislação aplicável, o qual ficará à disposição da SUSEP e do Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos. A Companhia deverá divulgar, em conjunto com as suas demonstrações financeiras intermediárias e anuais, resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações contidas naquele documento. **Parágrafo 6º** O Comitê de Auditoria poderá ser extinto quando a Companhia não mais apresentar as condições estabelecidas na regulamentação aplicável e tiver cumprido as atribuições relativas aos exercícios sociais em que foi exigido o seu funcionamento. **Parágrafo 7º** São membros do Comitê de Auditoria, responsáveis pelo disposto acima: (I) **Membro Coordenador:** Sra. **Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva**, brasileira, casada, contadora, inscrita no Registro Nacional RG sob nº 16.491.124-8 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº 022.067.828-38, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros nº 303, 1º andar, salas 101C - parte e 102C - parte, CEP: 05425-000; (II) **Membro:** Sr. **João Antonio Chiappa**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.705.883-5, inscrito no CPF/MF sob nº 010.435.138-17, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros nº 303, 1º andar, salas 101C - parte e 102C - parte, CEP: 05425-000; (III) **Membro:** Sr. **Saulo Simoni Nacif**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 28.193.937-8, inscrito no CPF/ME sob nº 081.286.468-93, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros nº 303, 1º andar, salas 101C - parte e 102C - parte, CEP: 05425-000. **Capítulo VII: Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras: Artigo 16.** O exercício social iniciará-se em 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável. **Parágrafo 1º** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por Lei: (i) balanço patrimonial; (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (iii) demonstração do resultado do exercício; e (iv) demonstração dos fluxos de caixa. **Parágrafo 2º** Fará parte das demonstrações financeiras do exercício a proposta da Administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, em observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável. **Parágrafo 3º** A Administração poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos ou constituir reservas com base nos mesmos, observadas as disposições e limitações legais aplicáveis. **Artigo 17.** O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (i) 05% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (ii) constituição de reserva para contingências, se proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral; (iii) pagamento de dividendo obrigatório, nos termos do artigo 18 deste Estatuto Social; (iv) retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital, se proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral; (v) rubrica para a reserva especial de expansão e novos negócios que não poderá ter saldo superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social, se proposto pela administração e aprovado pela Assembleia Geral; e (vi) o saldo do lucro líquido poderá ser realocado ou distribuído conforme deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 18.** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. **Parágrafo Único.** Quando o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **Artigo 19.** A Diretoria poderá deliberar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad *referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Capítulo VIII: Da Prática de Atos Ultra Vires: Artigo 20.** É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer acionista, administrador, procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **Capítulo IX: Da Transformação: Artigo 21.** A Companhia poderá se transformar de um tipo jurídico para outro por decisão dos acionistas representando a maioria do capital social. **Capítulo X: Da Liquidação: Artigo 22.** A Companhia entrará em liquidação voluntária nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal (se instalado) que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo XI: Das Disposições Gerais: Artigo 23.** Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes. **Artigo 24.** É eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir qualquer disputa ou dúvida oriunda desse Estatuto Social, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja. São Paulo, 12 de julho de 2023. **Filipe Reis Araújo** - Diretor Administrativo-Financeiro, **Guadalupe De Andrade Nascimento** - Diretora, **Acionistas:** ALLIANZ GLOBAL CORPORATE & SPECIALTY DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. - Guadalupe de Andrade Nascimento - Diretora, ALLIANZ GLOBAL CORPORATE & SPECIALTY SE - Guadalupe de Andrade Nascimento - Procuradora, JUCESP nº 349.035/23-4 em 28/08/2023. Maria Cristina Frieli - Secretária Geral.

**Declaração de Perda de Diploma**

Foi perdido um diploma no ano de 2021. O documento se refere ao curso da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O documento pertence à Pedro Nadalini de Godoy brasileiro (a), natural de São Paulo, data de nascimento 31 de janeiro de 1996, portador(a) da cédula de identidade nº 50.656.299-2, CPF 455.877.598-90

**DIÁRIO DE NOTÍCIAS**

O MAIS COMPLETO JORNAL JURÍDICO DO PAÍS

**Leia e assine:**

**5584-0035**

**DIÁRIO DE NOTÍCIAS**

**Leia e assine:**

**5584-0035**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

**AVISO DE EDITAL – RETIFICADO III**  
**Edital Nº 249 de 28 de dezembro de 2.023.**  
**Pregão Eletrônico nº 191/2023**

Objeto: a contratação de serviços de locação, abastecimento e fornecimento de Cilindros de Oxigênio gasoso e Cilindros de Transporte para uso dos serviços de Saúde Municipais (Rede Básica e Especializada) e para pacientes em uso de Oxigenoterapia domiciliar; e Prestação de Serviços de assistência domiciliar na instalação, monitoramento do ventilador pulmonar – BIPAP e CPAP, para pacientes portadores de doenças neuromusculares, secreção pulmonar obstrutiva crônica ou portadores de outras patologias degenerativas – Secretaria Municipal de Saúde – Abertura da sessão: 25/01/2024 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.itaquaquecetuba.sp.gov.br](http://www.itaquaquecetuba.sp.gov.br) ou obtidos mediante entrega de R\$ 01 (um) Pendrive, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virgínia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531. Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização Itaquaquecetuba, 10 de janeiro de 2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2024**  
**Edital de Licitação nº 1/2024**

OBJETO: CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUNOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA-SP PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES Nº 01-“DOCUMENTAÇÃO” ENº 02-“PROPOSTA DE PREÇOS”. Data: até o dia 19/02/2024 - Horário: até às 09h impreterivelmente. Abertura dos envelopes nº 01 - “Documentação”: Data: 19/02/2024, Horário: 10h. Disponibilidade do Edital: Gratuitamente no sítio: [www.paulinia.sp.gov.br](http://www.paulinia.sp.gov.br). Caso a(s) licitante(s) porventura não tenham acesso à Internet a pasta completa terá como prazo para retirada e pagamento da seguinte forma: Início: 11/01/2024 – Término: 16/02/2024 - Horário: das 08h às 17h. Valor da pasta: R\$ 469,89. Local: Divisão de Licitações – Endereço: Avenida Prefeito José Lozano Araújo nº 1.551 – Bairro Parque Brasil 500 - Paulínia-SP. Paulínia, 10 de janeiro de 2024. Ednilson Cazzellato - Prefeito Municipal

**Prefeitura Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro**  
**Estado de São Paulo**

**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 13/2023**  
João Victor Barboza, Prefeito do Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro/SP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o julgamento e a adjudicação realizados pela Senhora Pregoeira, homologa o Pregão Presencial 13/2023, que tem como objeto à “**Futura Aquisição de Medicamentos - Controlados**”, considerando vencedoras as empresas: R.A.P APARECIDA – COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, dos itens 2,3,4,13,16,18,22,23,24,27,28,29,30,31,33,4, 6,54,55,56,57,58,59,60,63,69,73 totalizando o valor de R\$123.720,90; AGILON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, dos itens 1 e 67, totalizando o valor de R\$ 8.880,00; COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, dos itens 6,11,14,19,21, 32,34,39,43,44,61,62,66,70,74 e 75 totalizando o valor de R\$ 21.625,58; SOROMED MARILIA LTDA, dos itens 36,49,79,81,83,104,105,107,108,110,112,119,122,124,129,133,134,137,139,141,142,145,146,149 e 152, totalizando o valor de R\$ 52.290,25; ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, dos itens 15,20,26,52,65 e 72, totalizando o valor de R\$ 10.860,00; CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, dos itens 45 e 48, totalizando o valor de R\$ 6.813,75; ALFA & OMEGA MEDICAL LTDA, dos itens 5,10,38,41,42,50,51,64 e 68, totalizando o valor de R\$ 7.852,50; PHARMA ALPHA MAIS POPULAR LTDA, dos itens 77,78,80,82,86,8 7,88,90,91,92,95,96,97,99,100,101,102,103,106,109,113,114,115,116,117,118,120,121,125,126,127,128,131,136,138,140,144,148,150,151, totalizando o valor de R\$ 28.261,85; PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA dos itens 7,8,12,25,37,40 e 53 totalizando o valor de R\$ 16.690,13; DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO do item 76, totalizando o valor de R\$ 7.353,75. Ficam as licitantes vencedoras devidamente intimadas, para que no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis dirijam-se ao Paço Municipal e assinar a Ata de Registro correspondente, contados da publicação desta Homologação. Águas de São Pedro/SP, 10 de janeiro de 2024. João Victor Barboza - Prefeito Municipal.

**DIÁRIO DE NOTÍCIAS**

**Leia e assine:**

**5584-0035**

**Entra em vigor em 2024, mudanças significativas nas publicações de Licitações na imprensa**

A partir de 2024, com a entrada em vigor da nova **Lei de Licitações** (Lei nº 14.133/2021), haverá mudanças significativas nas **publicações obrigatórias de licitações na imprensa**. A nova lei estabelece que as publicações de **editais de licitação** serão realizadas obrigatoriamente em **meio eletrônico**, em **jornal de grande circulação**, de acordo com as regras estabelecidas pelo órgão ou entidade responsável pela licitação.

Essa mudança tem como objetivo **modernizar e agilizar o processo de licitação**. Além disso, a nova lei prevê a utilização de **sistemas eletrônicos** para a realização de todas as fases do **processo licitatório**, desde a publicação do edital até a apresentação das propostas e a realização dos lances.

No entanto, é importante ressaltar que a nova lei também estabelece que, **até 2023**, as publicações de **editais de licitação** ainda poderão ser realizadas na **imprensa oficial**, em **jornal de grande circulação** e em **jornal especializado**, conforme previsto na legislação atual. Portanto, a **obrigatoriedade da publicação eletrônica e impressa**, só entrará em vigor a partir de 2024.

É fundamental que os gestores públicos e os interessados em participar de licitações estejam atentos às mudanças trazidas pela nova lei, para garantir o cumprimento das novas regras e evitar problemas futuros.



**DIÁRIO DE NOTÍCIAS**

O MAIS COMPLETO JORNAL JURÍDICO DO PAÍS

**Leia e assine:**

**5584-0035**

